

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS  
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO  
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

**Reunião n.º 12**

29 de julho de 2020

(15:11 h – 16:12 h)

**Ordem do dia:** Audição da Sr.ª Eng.ª Margarida Alexandra Martins Gonçalves, ex-Presidente da APFLOR — Associação dos Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Pedrógão Grande

**Presidente da Comissão:** Paulo Rios de Oliveira (PSD)

**Deputados oradores:** João Dias (PCP)

Joana Bento (PS)

Paulo Leitão (PSD)

Fabíola Cardoso (BE)

João Pinho de Almeida (CDS-PP)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, temos quórum, pelo que podemos iniciar a nossa reunião.

*Eram 15 horas e 11 minutos.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, esta reunião ordinária, da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior, destina-se à audição da Sr.<sup>a</sup> Margarida Alexandra Martins Gonçalves, na qualidade de ex-Presidente da Associação dos Produtores e Proprietários Florestais no Concelho de Pedrógão Grande, a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP.

Os Srs. Deputados já o sabem, e a nossa depoente também, mas refiro, ainda, para quem nos possa acompanhar, que esta audição se caracteriza por três rondas potenciais, sendo a primeira ronda de 8 minutos para cada grupo parlamentar, em sistema de pergunta e resposta; a que se segue uma segunda ronda de 5 minutos para cada grupo parlamentar, em que V. Ex.<sup>a</sup>, depois, responde de forma global, no final de todas as intervenções; e, se entendido como útil pelos grupos parlamentares, poderá haver uma terceira ronda, em que cada grupo parlamentar poderá usar da palavra por um período de três minutos e em que qualquer Sr. Deputado ou Sr.<sup>a</sup> Deputada poderá também fazer uso da palavra por 2 minutos, a título individual, e com resposta também global.

Assiste ainda a V. Ex.<sup>a</sup> a prerrogativa de fazer uma intervenção inicial, até ao máximo de 15 minutos. E, agradecendo a sua presença e dando as boas-vindas à nossa Comissão, aproveito para lhe perguntar se pretende fazer alguma intervenção inicial ou se fica, desde já, disponível para as perguntas dos Srs. Deputados.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves** (ex-Presidente da APFLOR — Associação dos Produtores e Proprietários Florestais no Concelho de Pedrógão Grande): — Sr. Presidente, fico disponível para as perguntas dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o pedido de audição desta depoente foi votado em Comissão. O grupo parlamentar a iniciar a audição é, salvo erro, o Bloco de Esquerda. Neste momento, decorrem outras reuniões e outras audições, de outras comissões, que obrigam, infelizmente, alguns Srs. Deputados a estarem presentes num momento e a não estarem noutro, pelo que, obviando a ausência momentânea do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, começaria pelo grupo parlamentar que lhe sucede, o Grupo Parlamentar do PCP.

Assim sendo, se nada tiverem a opor, dou a palavra ao Sr. Deputado João Dias, para iniciar a audição.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar e, também, agradecer a disponibilidade da Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Margarida Alexandra Martins Gonçalves, Presidente da APFLOR. Para nós é muito importante que aqui esteja presente, tendo em consideração o objeto desta Comissão e, algo que consideramos que tem sido secundarizado neste processo dos apoios depois dos incêndios de Pedrógão, o estabelecimento do potencial produtivo, nomeadamente não só na produção agrícola, na pecuária, mas, principalmente, na produção florestal, que muito foi afetada.

Antes de mais, faço aqui uma pequena introdução, se não se importa.

Naturalmente, na qualidade de Presidente de uma associação como a APFLOR — e, atualmente, ainda continua a ser presidente da direção...

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves** — Não.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Não? Muito bem.

Ao fim de um conjunto de audições que já fizemos — esta, salvo erro, é a oitava audição que estamos a realizar — há uma coisa que percebemos: se o objeto desta Comissão de Inquérito diz, claramente, que pretende apurar no que respeita ao processo de atribuição de apoios, pegando, precisamente, naquilo que é o processo, entendemos o processo como um conjunto de manipulações para atingir um determinado objetivo e um determinado fim.

E é isso que está a ser apurado, com esta Comissão. Não acompanhamos essa intenção, porque o apuramento que deve ser feito é, precisamente, do nível, do grau, até mesmo da quantidade ou ponto de situação dos apoios que foram feitos e não do processo em si, porque, naturalmente, outras entidades — nomeadamente os tribunais — poderão apurar se houve irregularidades e, se essas irregularidades ocorreram, deverão ser corrigidas, e não deverá haver dúvida relativamente a elas.

Mas, aqueles que levantaram suspeição sobre vítimas que perderam toda uma vida de trabalho naqueles dias, visam, acima de tudo, recriminar, apontar o dedo às vítimas de Pedrógão Grande. Entendemos que esta Comissão não deve seguir esse caminho e não acompanhamos — e deixamos muito claro — essa ideia de fraude, essa ideia de corrupção, essa ideia de más intenções. E, apesar de termos tido poucas audições, e termos agendadas ainda umas dezenas de audições, devo dizer-lhe que tem vindo a desvanecer-se esta ideia, que foi criada pelo grupo que propôs esta Comissão de Inquérito, nomeadamente o PSD, de que as vítimas tiveram o propósito de usar de fraude, de corrupção e de más intenções.

Por isso, se falhas houve, foi nos apoios. Aí, sim, devemos avaliar aquilo que existia antes, aquilo que aconteceu durante a fase em que precisaram de apoios e o que existe atualmente, face àquilo que se perdeu.

Por isso, se, quanto à reconstrução das primeiras habitações — ou seja, as habitações permanentes —, e mesmo quanto às indemnizações pela perda de vidas humanas, que ocorreram, a situação parece estar resolvida, outras situações há que não ficaram resolvidas. Quando falamos disto, falamos da preservação do território, falamos do apoio à produção, falamos da recuperação dos terrenos, falamos da reposição dos rendimentos, tudo isto é algo que é preciso apurar e esclarecer.

Nesse sentido, quero, desde logo, colocar-lhe esta primeira questão: que apuramento foi realizado daquilo que foram os prejuízos associados a este incêndio? Que apuramento faz a APFLOR, relativamente aos prejuízos que aconteceram com o incêndio e que receberam ou não apoios? Qual é o apuramento que faz, face aos prejuízos?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para responder.

**A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Margarida Alexandra Martins Gonçalves:** — Boa tarde a todos.

Não fiz uma intervenção inicial, mas se calhar faço aqui um pequeno parêntesis, acerca da minha ligação, neste momento, a Pedrógão Grande. Desde novembro de 2018 que já não trabalho nem resido no território e desde essa altura que também não sou Presidente da APFLOR.

Relativamente, aos apoios, o que posso dizer é que, na altura a seguir ao incêndio, a APFLOR deu apoio aos produtores agrícolas — porque, na altura, eram só os prejuízos agrícolas que eram indemnizados — na elaboração e no preenchimento dos requerimentos onde declaravam os seus prejuízos. Posteriormente, como os prejuízos superiores a 5000 € — penso eu, porque relativamente a assuntos muito concretos estou um bocadinho desatualizada — passaram a ser financiados pelo PDR 2020 (Programa de

Desenvolvimento Rural 2014-2020), a Associação deu apoio aos proprietários na elaboração dessas candidaturas.

O Sr. **Presidente**: — Devolvo a palavra ao Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Foram feitos muitos projetos. Consegue dizer-nos quantos projetos, superiores aos 5000 €, foram apoiados no âmbito desse PDR?

Temos de ter em consideração que houve, aqui, três níveis de apoio. Houve um primeiro nível de apoio, assegurado pela segurança social, até aos 1053 €; houve outro, a partir dos 1053 €, assegurado pelo Fundo REVITA; e houve um outro, depois, recorrendo à Operação 6.2.2 do PDR, em que teria de ser feita uma candidatura algo complexa.

Que projetos é que foram realizados e que apoios é que foram disponibilizados, quer em termos de número, quer em termos de dificuldades identificadas nessa fase?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Relativamente ao número de projetos e ao número de proprietários que foram apoiados não lhe sei responder, mas, a qualquer altura, essa informação poderá ser disponibilizada pela Associação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Também não me sabe dizer se ficaram alguns por atender, ou por responder?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Quando saí, alguns desses projetos ainda estavam em análise. Entretanto, não tenho qualquer ligação à Associação nem a Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Ou seja, daquilo que percebi, um ano e meio depois — estamos a falar em novembro de 2018 —, havia projetos que ainda não tinham tido resposta.

Tem conhecimento de alguma justificação que tenha sido dada, para que não houvesse ainda resposta, passado ano e meio?

O Sr. **Presidente**: — Antes de responder, um esclarecimento: se bem percebi, esta Associação dos Produtores e Proprietários Florestais no Concelho de Pedrógão Grande é detentora da listagem, ou dos processos, dos apoios? Tem isso?

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Certamente que tem essa informação!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Pode responder.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — As candidaturas eram algo complexas. Sei que houve alguns contratemplos, em termos de orçamentos que eram necessários, alguns documentos que eram exigidos aos proprietários que, de alguma maneira, foram dificultando a atribuição dos apoios.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, devolvo-lhe a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Tendo em consideração estas dificuldades, que passou aqui a relatar, parece-nos que poderá ter havido o risco de terem sido, de certa forma, internalizados — ou seja, assumidos pelos agricultores e pelos produtores — os prejuízos.

Isso, de facto, verificou-se?

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não consigo dizer-lhe se essas candidaturas foram executadas ou não. Como lhe disse, entretanto, deixei de acompanhar.

Mas, possivelmente, houve alguns proprietários que nem sequer recorreram aos apoios, porque não reuniam as condições.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Tendo em consideração que as ajudas até aos 5000 € seriam ajudas simplificadas e estas já com um processo bastante complexo, como já o descreveu, teve conhecimento de vítimas, de pessoas afetadas — produtores, agricultores — que tenham preferido recorrer aos apoios até 5000 €, tendo tido, até, prejuízos de 8000 €, 9000 €, 10 000 €, 12 000 €, mas que, como o processo era de mais difícil acesso, mais complexo, tenham preferido abdicar do apoio àquele prejuízo além dos 5000 €, ficando apenas pela candidatura simplificada, uma vez que não tinham de fazer todo o processo?

Tem conhecimento de pessoas que tenham feito candidatura simplificada, até 5000 €, ainda que os seus prejuízos fossem superiores?



O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr.<sup>a</sup> Engenheira.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Sr. Deputado, não lhe posso responder concretamente, até porque os produtores, quando fizeram a declaração de prejuízos, foi essa declaração que, na altura, foi validada, digamos assim.

Não sei se as pessoas abdicaram desse tipo de candidaturas para receber os apoios, porque depois... A Associação ajudava — e ajudou — os proprietários a fazer a declaração de rendimentos e a carregar na plataforma do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, mas, depois não tinha qualquer controlo — não tinha de ter controlo —, nem tinha conhecimento do seguimento dessa informação. Os proprietários poderiam também recorrer a outras instituições ou mesmo, a título particular, fazer a candidatura. Nós não tínhamos acesso a essa informação.

Pura e simplesmente demos apoio, inicialmente; fizemos um esforço acrescido para atender as pessoas e ajudá-las na declaração de rendimentos. E, depois, sempre que os proprietários recorriam à Associação a pedir o serviço de elaboração da candidatura, assim era feito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Compreendo que, em termos processuais, tendo em consideração aquilo que é uma candidatura, naturalmente, se ela tinha determinados critérios — nomeadamente não ultrapassar os 5000 € — naturalmente que as despesas apresentadas e os prejuízos apresentados não ultrapassariam esse valor. No entanto, já tivemos aqui vários depoentes, como por exemplo ex-presidentes de câmara e atuais presidentes de câmara, que dizem que existiram situações de produtores florestais e mesmo agricultores, que referiram ter tido prejuízos superiores e, ainda assim, tendo

em consideração as dificuldades — e este obstáculo é importante, estamos a falar dos apoios que foram dados à reposição e ao restabelecimento do potencial produtivo — foram canalizados.

Ou seja, há uma ideia que está aqui subjacente de que não foram as ajudas que se adaptaram aos prejuízos, foram os prejuízos que se foram adaptando às ajudas que tinham disponíveis. É preciso que esta ideia fique aqui clara.

Há ainda aqui uma outra situação que precisamos de esclarecer. Eu percebo que, em termos processuais, a Associação não tenha um processo irregular. Isto é, se as candidaturas são até aos 5000 €, se forem superiores serão para o PDR, tendo em consideração aqueles que são os critérios, mas coloco-lhe a seguinte questão: alguém se manifestou, alguém se queixou, ainda que de uma forma informal, de que se candidatou a um processo inferior, mas que as suas perdas foram superiores?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Margarida Gonçalves.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não tenho registo desse tipo de informação, agora como disse, é normal. Foi um processo único, a primeira vez, e é normal que as coisas se fossem adaptando, era tudo novo e foi preciso aferir metodologias e tudo mais. Possivelmente aconteceu e há pessoas que nem declararam prejuízos porque atendendo ao estado de espírito na altura — aquilo que também era um período curto e muitas pessoas estavam fora do concelho — é normal que possa ter acontecido algumas pessoas não terem declarado prejuízos.

O Sr. **Presidente**: — Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Bento.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Sr. Presidente, começo por cumprimentá-lo, bem como os serviços, os Srs. Deputados e ainda a depoente.

Estivemos a ver o âmbito da Associação dos Produtores e Proprietários Florestais do Concelho de Pedrógão Grande para tentar perceber quais eram os objetivos da associação e quais os serviços que eram prestados nomeadamente à data dos incêndios.

Em primeiro, referiu que participaram e deram apoio na elaboração dos requerimentos, mas com a elaboração dos requerimentos e o levantamento dos prejuízos não era a Associação que separava os pedidos e os prejuízos conforme as candidaturas que existiam ou era?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não, até porque cada pessoa é que fazia a declaração dos prejuízos que tinha. Depois, havia uma tabela só referente a cada cultura e como essa informação era carregada no sistema do Ministério da Agricultura, o apuramento de prejuízos era feito automaticamente nessa plataforma.

Já foi há algum tempo e a memória pode falhar, mas penso que inicialmente não havia tabela de referência para cada cultura e acabava por ser um bocadinho os produtores a atribuírem o valor e sabemos que depois os valores acabam por ser superiores, porque a atribuição do valor é diferente se for feita cientificamente ou com os valores pessoais. Isso depois foi acertado com valores de referência do Ministério da Agricultura e aí a Associação não interferiu em nada, os valores que foram definidos pelo Ministério da Agricultura forem depois usados para a atribuição dos apoios.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — O levantamento passava pelos prejuízos agrícolas, florestais, alfaias agrícolas? Em que termos é que era feito esse levantamento?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Os levantamentos eram só da área agrícola, alfaias, edifícios de apoio à agricultura, culturas agrícolas da floresta não houve qualquer tipo de apoio às perdas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Houve uma informação escrita por parte do município de Pedrógão onde consta que a APFLOR iria colaborar nesses levantamentos. É uma informação escrita do Sr. Presidente entre outras como a Pinhais do Zêzere e a delegação regional em que a APFLOR estava envolvida para esse levantamento.

Depois do levantamento da realidade realizado, gostaria de saber a quem era entregue e, ainda, se foi feito só aos vossos associados ou à população em geral.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Sim, a Associação disponibilizou-se, como já disse, para ajudar no preenchimento desses requerimentos, mas toda esta informação era carregada diretamente

na plataforma do Ministério da Agricultura. Não passava por mais nenhuma entidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, para prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Enquanto estive na Associação, porque saí em novembro, estive envolvida, como parceira, no Gabinete Operacional de Recuperação e Reconstrução de Pedrógão e no trabalho da candidatura ao Programa Operacional Centro 2020 com a candidatura de 25 milhões?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Bento, devolvo-lhe a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — A Associação esteve envolvida, por exemplo, em ações de estabilização de emergência para a recuperação das áreas afetadas pelos incêndios no âmbito do Programa de Revitalização do Pinhal Interior?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — A Associação na altura colaborou na elaboração da candidatura.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Tem ideia de quantos projetos foram aprovados no âmbito desta ação?

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — De estabilização de emergência foram quatro. Um em nome do município e três em nome de cada uma das juntas de freguesia.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Não tem ideia de valores?

O Sr. **Presidente**: — Parece que não.

Pode prosseguir, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Ainda no âmbito deste Programa de Revitalização do Pinhal Interior, participaram no restabelecimento e relançamento da atividade apícola?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Sim, da atividade apícola sim.

Nós na altura demos apoio aos apicultores que eram sócios e penso que depois alargámos também a não sócios, aos apicultores da região, em que tivemos apoio também da Fundação Calouste Gulbenkian, no fornecimento de alimento para os apiários.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Então se percebi bem, no âmbito deste restabelecimento fizeram parcerias.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Sim, com a Fundação.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Tem ideia de qual o montante e quais as candidaturas que foram aprovadas?

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não foi uma candidatura, foi um apoio direto da Fundação com alimento para os apiários, nem sequer foi valor monetário.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Não conseguiu esse apoio em termos de tabelas?

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Agora não, mas na Associação de certeza que há essa informação.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — A Associação, daquilo que percebi, tem feito um trabalho relevante na fileira do medronho e, também no âmbito desse Programa de Revitalização do Pinhal Interior, houve uma aposta e foi criada uma medida nesse sentido. Do desenvolvimento da fileira do

medronho, tem conhecimento de quantas candidaturas foram feitas no âmbito desta operação?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, para responder, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não, eu saí de Pedrógão e nunca mais tive qualquer tipo de ligação a Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor de continuar.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — E relativamente ao Projeto Piloto de Silvopastorícia, que também foi criado num valor de 3,5 mil milhões, tem conhecimento?

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não tenho conhecimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Mais uma questão: sempre dentro deste Programa, e relativamente ao Projeto Piloto Aldeias Seguras da rede de segurança e proteção, tem conhecimento se a Associação colaborou de alguma forma?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, tem a palavra para responder.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não lhe sei dizer.



No tempo em que ainda estive a trabalhar no município desenvolvi algum trabalho inicial na questão do Projeto Aldeias Seguras, mas posteriormente não sei o que foi feito.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Bento** (PS): — Sr. Presidente, não desejo mais nada, muito obrigada pelos esclarecimentos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, quero dar-lhe conta que nesta Comissão os «não» são tão importantes como os «sim». Desde que sejam honestos e verdadeiros interessam-nos tanto os «não» como os «sim», pelo que não se sinta constrangida por dizer muitos «não».

Pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Leitão.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Margarida Gonçalves, gostaria de agradecer a sua disponibilidade e a sua presença nesta Comissão de Inquérito a fim de prestar aos portugueses os esclarecimentos que se impõem.

Antes de iniciar a nossa ronda de questões, relembremos a trágica memória dos incêndios ocorridos no mês de junho de 2017, que deixaram uma enorme perda ao nível da floresta, propriedades agrícolas, infraestruturas, empresas, habitações e principalmente em termos de vidas humanas.

O objeto da presente Comissão prende-se com o apuramento das responsabilidades políticas no processo de atribuição de apoios, na sequência dos incêndios ocorridos no mês de junho de 2017, não no sentido de transformar, como aqui foi dito, vítimas em criminosos, mas sim para

garantir que as vítimas não são duplamente vítimas. Ou seja, vítimas de uma grave tragédia que foram os incêndios e vítimas da incorreta gestão dos apoios e da ajuda humanitária.

Esta é também uma forma de homenagear as vítimas, garantindo o apuramento da verdade e que se corrija o que eventualmente tenha corrido menos bem.

Recordo que de acordo com as recomendações internacionais, no âmbito da ajuda humanitária, o Estado deve organizar e coordenar a ajuda, envolvendo as organizações não governamentais, a sociedade civil e as organizações intergovernamentais.

Esta ajuda deve ser célere, obedecer ao princípio da eficiência e evitar a duplicação da ajuda. Devem instituir-se sistemas de controlo que previnam situações de fraude e corrupção, garantindo paralelamente a divulgação transparente e aberta de forma a que todos os objetivos e resultados da ajuda, sejam facilmente conhecidos pelos interessados.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço a todos que façamos uma pausa de dois minutos, prosseguindo os trabalhos logo de seguida.

*Pausa.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Houve aqui uma pausa técnica, a pedido da nossa depoente, mas creio que estamos em condições de prosseguir.

Sr.<sup>a</sup> Engenheira, retomamos a audição com o Grupo Parlamentar do PSD. Com um pedido de desculpas, devolvo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Leitão. Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, penso que não será necessário o pedido de desculpas.

Prosseguiria e, conforme estava a dizer, o que pretendemos, no fundo, é que, no âmbito da ajuda humanitária, fique tudo bem claro e, desta forma, homenagear todos aqueles que sofreram esta grave tragédia.

Confesso, sou originário do distrito de Coimbra, que sofreu, quer nestes incêndios quer nos incêndios de outubro, e conheço bem o drama das populações afetadas por estes incêndios.

Relativamente àquilo que tinha a perguntar, fiquei sem perceber se ainda mantém ligação à Associação ou ligação ao setor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr.<sup>a</sup> Engenheira.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não tenho ligação à Associação desde 2018 e, atualmente, trabalho no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — No que diz respeito à Lei n.º 108/2017, nomeadamente ao Artigo 12.º, o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, através do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, em colaboração com as estruturas de produtores florestais e os municípios afetados pelos incêndios, deveria promover a «...criação de parques de receção de produção lenhosa afetada pelos incêndios mas suscetível de aproveitamento, industrial ou outro, para proceder à sua recolha, corte e transporte, com vista à sua comercialização e consequente redução dos prejuízos verificados.».

A pergunta que faço é se a APFLOR colaborou com o Ministério neste âmbito.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, pode responder.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Pode elucidar-nos qual o ponto de situação, na altura em que saiu, em relação a este tema, nos concelhos abrangidos pela sua Associação?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Penso que haveria um parque de madeiras em Castanheira de Pera, de uma empresa privada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Quem é que identificava os proprietários?

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Quem identificava os proprietários para...? Não sei!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Tem conhecimento se existiam intermediários, e que intermediários é que existiam, neste processo de comercialização da madeira?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Engenheira.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não. A Associação não teve qualquer intervenção nesse sistema.

O Sr. **Presidente**: — Devolvo-lhe a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Também neste âmbito, o Governo criou, por decreto, com o Decreto-Lei n.º 135-C/2017, uma linha de crédito para este parqueamento. Visto que não teve conhecimento, a Associação tinha algum conhecimento de como funcionava esta linha de crédito?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não. A Associação decidiu não entrar neste sistema.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — No âmbito do PDR 2020 (Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020), recordo a outra operação que já foi aqui falada, a Operação 6.2.2, bem como a Operação 8.1.4 – Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos por acontecimentos catastróficos, do PDR 2020.

Há pouco, a Deputada do Partido Socialista, referiu que não existiu nenhum apoio no âmbito da reposição da floresta.

Na sua Associação não houve ninguém que tenha tido conhecimento? Ou esta Operação 8.1.4 do PDR 2020 não se dirigiu a apoiar a reposição florestal nesta matéria?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Quando referi que não havia nenhum projeto, estava a falar mais das candidaturas de apoio agrícola, peço desculpa.

Sei que, entretanto, foram também vários os produtores que manifestaram interesse em fazer candidaturas a esta medida, e foram feitas. Não sei o ponto de situação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Prevendo-se, nesta Operação, também apoios a municípios, tem conhecimento, não sendo do município, se os municípios abrangidos por estes incêndios recorreram a este apoio não reembolsável?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não sei.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Relativamente à Lei n.º 108/2017, o Governo adota as medidas necessárias à mobilização de verbas referidas, no que concerne ao reforço dos meios de proteção civil e outros, e também no que concerne, posteriormente, medidas e verbas aplicadas do Fundo de Solidariedade da União Europeia.

Neste âmbito, perguntava-lhe se tem conhecimento das medidas de reforço de prevenção de combate aos incêndios que foram aplicadas nos concelhos abrangidos pela sua Associação, no rescaldo dos incêndios.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Engenheira, pode responder.

A Sr.ª Eng.ª **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Tenho conhecimento de que foram elaboradas e foram executadas as medidas de estabilização de emergência e, posteriormente, não sei qual o tipo de projetos a que os municípios recorreram.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Não tem conhecimento se se iniciou a contratação de recursos humanos?

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Engenheira, faça favor.

A Sr.ª Eng.ª **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Quanto à contratação de recursos humanos, penso que foi só a minha substituição.

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Foi possível verificar algum reforço no dispositivo especial de combate a incêndios florestais?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — No ano seguinte, penso que sim. Mas no verão de 2018 estive de férias, estive de baixa médica e em novembro saí, não acompanhei os trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Leitão, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Já foi aqui referido que, nos apoios aos agricultores e produtores florestais, existiu, pela segurança social, um apoio até 1053 €, através do PDR 2020 um apoio para valores acima dos 5000 €, e que os casos entre estes valores recorreram ao Fundo REVITA.

Em outubro — e com isto refiro-me aos incêndios de outubro — já foi o Estado a suportar, integralmente, as duas medidas simplificadas, ou seja, a segurança social, e os apoios para valores entre os 1053 € e os 5000 € foram feitos através do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, que financiou estes prejuízos.

Por que é que acha que existiu esta diferença de tratamento? Tem alguma opinião sobre isto? Há algum motivo lógico para existir esta diferença?

O Sr. **Presidente**: — Eng.<sup>a</sup> Margarida, tem a palavra.



A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não encontro nenhuma razão. Penso, e lógico seria, que fosse aperfeiçoamento de metodologias de trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — No âmbito do Fundo de Solidariedade da União Europeia, tem conhecimento se algum destes valores, dos 50 milhões atribuídos — tendo ficado 26 milhões para instituições do Estado —, se alguma desta verba foi canalizada para medidas de reflorestação?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Engenheira.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não sei. A Associação não recebeu qualquer tipo de apoio.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Terminei esta ronda, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Assim, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, concedendo-lhe, também, o tempo necessário para poder instalar-se devidamente e dar início à sua audição.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr. Presidente, aproveito para cumprimentar os presentes, quem nos acompanha e os nossos incedíveis serviços, lamentando que só agora tenha podido chegar a esta reunião.

Estive, infelizmente, numa outra reunião e não tive a possibilidade de acompanhar o depoimento que tem vindo aqui a ser prestado pela Sr.<sup>a</sup> Margarida Gonçalves, na qualidade de ex-Presidente — segundo percebi — da Associação dos Produtores e Proprietários Florestais no Concelho de Pedrógão Grande.

Queria também agradecer a sua presença aqui e dizer que o objetivo desta Comissão parlamentar é, de algum modo, não só fazer uma avaliação política da atribuição de apoios, no sentido de procurar encontrar falhas e também encontrar aqueles procedimentos que foram mais corretos, mas, do nosso ponto de vista, é também tentar corrigir procedimentos, de modo a que, na eventualidade de — esperemos que não — estes trágicos acontecimentos se repetirem, possa haver uma resposta do Estado que seja uma resposta mais célere, uma resposta mais correta, uma resposta mais transparente e que diminua o sofrimento por que, certamente, todas as pessoas, direta ou indiretamente, envolvidas nesta situação passaram e que acompanhamos, com o qual somos solidários.

Sendo que só agora o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda se junta a esta audição, no sentido de não repetir as perguntas que, certamente — as mais pertinentes —, já foram colocadas pelos outros grupos parlamentares, e tendo nós acesso às atas, gostaria de perguntar, do seu ponto de vista, o que é que é relevante para esta Comissão e que ainda não foi, aqui, abordado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr.<sup>a</sup> Engenheira.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — No âmbito da minha presença, como ex-Presidente da Associação dos Produtores e Proprietários Florestais no Concelho de Pedrógão Grande,

penso que, relativamente aos apoios que existiram, as perguntas já foram efetuadas.

Assim, de repente, não me recordo de mais nenhuma informação que vos possa transmitir.

O Sr. **Presidente**: — Foram competentes os Srs. Deputados anteriores.

*Risos.*

Esgotaram a capacidade de oratória. Sr.<sup>a</sup> Deputada, devolvo-lhe a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabiola Cardoso** (BE): — É sinal da qualidade do trabalho que está aqui a ser feito e também de que já temos alguma experiência de outras audições que, possivelmente, já permitiram aos vários grupos parlamentares definir uma linha de abordagem.

Uma vez que considera que essas questões já foram, de um modo geral, abordadas, gostaria, então, que fizesse um resumo, do seu ponto de vista, e que indicasse a esta Comissão dois aspetos positivos, relativamente aos apoios que foram atribuídos, ou seja, dois aspetos de coisas que correram bem, que possam servir como exemplo da maneira correta de o Estado proceder ao apoio às populações nesta situação e, se fosse possível, que me indicasse, também, dois aspetos negativos.

Olhando agora para trás, de uma maneira retrospectiva, três anos passados, de certeza com muitos momentos difíceis de lidar, gostava que indicasse o que é que seria possível mudar, considerando que estamos numa Casa onde se faz legislação, onde se podem apresentar propostas e também — de alguma maneira resultará, penso eu, do trabalho desta Comissão — recomendações.

Portanto, peço que me indique, do seu ponto de vista, duas coisas a manter e duas coisas a alterar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Margarida Gonçalves.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Vou começar pelos negativos, porque fui esta semana a Pedrógão Grande — já não ia há um ano e meio — e o que vi, e vou falar da floresta, que é a minha área, deixou-me triste.

Ao percorrer o IC8, até Pedrógão Grande, o que verifiquei é que nenhum dos apoios que foi disponibilizado foi utilizado, aproveitado, pelos produtores florestais; poderá ter sido, em pequena escala, pequenas propriedades. Temos alguns fatores que contribuem para que isto tenha acontecido, como a ausência dos proprietários no território ou a dimensão da propriedade. E penso que todos estes aspetos que estou a referir não são novos para esta Comissão, porque são problemas recorrentes e que impedem um correto ordenamento da floresta e um investimento efetivo por parte dos proprietários florestais.

Acho que já dei mais do que dois aspetos negativos, peço desculpa.

Quanto a aspetos positivos, olhando para trás, é lógico que o facto de haver apoio aos pequenos agricultores, muitos deles com culturas de subsistência, que eram um complemento das parcas reformas, foi um aspeto positivo e que ajudou, de alguma forma, a recuperar algum ânimo no território.

Um aspeto positivo que, para mim, foi a curto prazo, foi o facto de o território do interior passar a ser visto com outros olhos. Mas os efeitos não foram aquilo que acho que era esperado.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, tanto quanto entendi, a área de ação da Associação que representa é, especificamente, o concelho de Pedrógão Grande.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não é!

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Gostaria que nos transmitisse alguma informação sobre se esta minha perceção está correta, se estão limitados, geograficamente, ao concelho e, se não, que outro tipo de associações é que existem nesta área e de que maneira se relacionam umas com as outras, na tentativa, certamente, de uma gestão da floresta que seja mais vantajosa, diria.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — O âmbito territorial da Associação não era só o concelho de Pedrógão Grande, era de Pedrógão Grande e dos concelhos limítrofes.

No entanto, em alguns dos outros concelhos — Figueiró, Góis, Sertã — existem associações do mesmo âmbito e sempre houve boas relações com as outras instituições.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Qual é o papel desempenhado por estas associações de produtores, ao nível da gestão da floresta?

Ou seja, existe alguma relação direta entre este tipo de associativismo e a existência, por exemplo, de ZIF (Zona de Intervenção Florestal) e de UGF (Unidades de Gestão Florestal)? Como é que vocês veem, ou não, esta relação entre um tipo de estrutura e a outra?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para esclarecer, Sr.<sup>a</sup> Engenheira.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Sim, a Associação, à data de 2018, era a entidade detentora de duas ZIF, no concelho de Pedrógão Grande, na constituição.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, pode ajudar-nos, só definindo para quem nos ouve em casa, porque os Srs. Deputados sabem, de certeza, o que quer dizer ZIF.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Sr. Presidente, vou tentar falar de uma forma simples: as ZIF são as Zonas de Intervenção Florestal, em que os proprietários se associam, de forma a fazer uma gestão conjunta dos espaços florestais.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Portanto, essa associação conjunta deve pretender não só uma gestão em termos económicos, mas também uma gestão em termos de sustentabilidade.

A existência de grandes incêndios não deveria ser possível, ou não deveria acontecer, em zonas cuja gestão já está contemplada por este tipo de instrumentos.

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — À data do incêndio, as Zonas de Intervenção Florestal existentes em Pedrógão Grande estavam em constituição e estávamos com a execução do cadastro naquelas áreas. Como é lógico, quando já há gestão efetiva no terreno, a probabilidade de grandes incêndios poderem afetar essa área poderá ser diminuta, mas tudo depende da dimensão e da intensidade dos incêndios florestais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Qual é a situação atual?

Essas ZIF mantêm-se? Essa gestão mantém-se? Não competiria a essa gestão fazer um programa de reflorestação?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Sr.<sup>a</sup> Engenheira.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Atualmente, não sei como está. Estou afastada de Pedrógão Grande desde outubro, novembro de 2018.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, pode prosseguir.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, não sei se esse afastamento implicou um afastamento desta questão que estamos aqui a abordar, mas, se não implicou, gostaria de saber, do seu ponto de vista, como relaciona estas ZIF com o atual plano de gestão da paisagem do Governo.

Ou seja, o atual enquadramento legal facilita ou dificulta a gestão da floresta?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Engenheira, faça o favor.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — Não lhe sei responder, porque me afastei também em termos profissionais. Neste momento, trabalho numa área que não a propriedade privada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputada, tem a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — Mais uma vez correndo o risco de já não estar profissionalmente relacionada com isto, gostaria de lhe perguntar — uma vez que estava, à data dos factos, numa associação de produtores — como é que vê as medidas de apoio do Governo, relativamente à madeira queimada, na sequência do grande incêndio de 2017, em Pedrógão Grande e noutros concelhos vizinhos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Margarida Gonçalves.

A Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> **Margarida Alexandra Martins Gonçalves**: — A Associação não esteve envolvida em nenhum processo desses, e não acompanhei esse processo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.



A Sr.<sup>a</sup> **Fabíola Cardoso** (BE): — De momento, termino por aqui as perguntas, guardando a possibilidade de colocar outras perguntas numa segunda ronda.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, aproveito para cumprimentar a depoente.

Acabei de chegar de outra comissão e a informação que tenho é de que as questões que ia colocar já foram colocadas e estão esclarecidas, pelo que não tenho questões a acrescentar.

Resta-me, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, agradecer por aquilo que já foi respondido, nesta audição.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não existem, neste momento, inscrições para uma segunda ronda, o que, aparentemente, dirá, pelo menos, bem da eficácia das perguntas e da eficácia das respostas.

Há algum grupo parlamentar que pretenda inscrever-se para a segunda ronda?

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, a título de nota: se for uma inscrição, teremos logo várias.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, era só para agradecer, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a presença da depoente.

Entendemos não se justificar fazer uso de uma segunda ronda, porque, quanto às questões que pretendíamos ver respondidas, para algumas foi possível ter conhecimento para responder e quanto a outras já percebemos que, não tendo conhecimento, não se justifica voltar a perguntar à depoente sobre situações que, efetivamente, não conhece.

O Sr. **Presidente**: — Parece-me que os restantes grupos parlamentares quererão, certamente, pronunciar-se.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, é também só para fazer uma breve apreciação, não vai ser uma ronda de questões.

Queria dizer que o PCP tinha aqui um conjunto de questões principais — que viu respondidas na primeira ronda —, tendo em consideração a valorização de uma questão que é tão importante para que este território retome a capacidade prévia que tinha, que tem que ver com a reposição do potencial produtivo numa área como é a da gestão florestal.

Mas queria também dizer que esta Comissão lançou aqui um certo manto de suspeição sobre as pessoas daquele território e, por isso, temos alertado para esta questão. Não é uma questão de homenagem, não se está a fazer nenhuma homenagem, de forma alguma, a estas pessoas, com estas suspeições.

Por isso, por vezes pode haver, até, algum entendimento por parte dos depoentes, de que também cai sobre eles algum tipo de suspeição, mas o que queríamos eram os contributos e os esclarecimentos que aqui nos foram prestados — e com os quais ficamos satisfeitos —, nomeadamente no que

tem que ver com a reposição do potencial produtivo. Naturalmente que percebemos, e já foi confirmado aquilo que noutros depoimentos já tinha sido referido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para o mesmo efeito, o Sr. Deputado Paulo Leitão.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, era também para, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, agradecer à Sr.<sup>a</sup> Engenheira a sua vinda a esta Comissão.

Gostaria de dizer que, ao contrário desta linha de argumentação do Partido Comunista Português — e penso que é comum a toda a Comissão —, estamos todos solidários com quem sofreu na pele e quem foi vítima destes incêndios, e que nos sentimos satisfeitos com as suas respostas, que preencheram aquilo que pretendíamos para a audição de hoje.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, indica-me a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fabíola Cardoso, do Bloco de Esquerda, que prescinde também de uma segunda ronda e que se revê nas intervenções anteriores — em algumas delas, pelo menos.

Srs. Deputados, não havendo mais intervenções, queria apenas dar-vos nota de duas coisas.

A primeira nota é que, no fundo, acho que a audição de hoje refletiu um pouco aquilo que ontem referia: temos uma Comissão que tem um objeto muito claro, mas que vive paredes-meias com este drama humano e que, muitas vezes, perpassa pelo meio da nossa Comissão, pelo meio das nossas audições, e nos torna difícil, às vezes, estar aqui a separar e, muito menos, coartar as intervenções. Acho que isso, hoje, foi especialmente notório.

Numa segunda nota, queria também agradecer a presença da Sr.<sup>a</sup> Eng.<sup>a</sup> Margarida Gonçalves, por um motivo acrescido.

Como sabem, o Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares obedece a regras muito próprias e, se a Sr.<sup>a</sup> Engenheira, hoje, tinha de estar aqui, por ter sido convocada, não tinha, nos termos da lei, de responder às nossas perguntas. E, não tendo de responder às nossas perguntas, não deixou de fazê-lo, pelo que, em nome da Comissão, lhe agradeço também essa disponibilidade, de estar aqui, dizendo o que sabe e, também, respondendo que não àquilo que não sabe.

Agradecendo a todos as intervenções e agradecendo muito a sua presença, desejo-lhe as maiores felicidades, pessoais e profissionais, e quase apetece dizer: Sr.<sup>a</sup> Engenheira, da Comissão, está livre.

*Risos.*

Mais uma vez, obrigado a todos.

Srs. Deputados, retomaremos os nossos serviços e os nossos trabalhos no dia 2 de setembro. Boas férias e bom descanso para todos.

Está encerrada a reunião.

*Eram 16 horas e 12 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.